

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.533.902 - SP (2019/0191110-7)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : BERTILO WENTZ
ADVOGADOS : MARCELO GAIDO FERREIRA - SP208418
ANDRÉ MASSIORETO DUARTE - SP368456
NICHOLAS REIMER BRADFIELD - SP384601
RODRIGO NEVES RODRIGUES FERNANDES - SP384638
AGRAVADO : DAGOBERTO PETERS
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

ACÇÃO MONITORIA - Cumprimento de sentença - Hipótese em que, na fase de conhecimento, o agravante foi condenado ao pagamento da integralidade do débito - A mera indicação de bem à penhora não se equipara ao pagamento voluntário do débito - Aplicação da multa e dos honorários de advogado previstos no art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil - RECURSO NÃO PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados na origem.

Nas razões do especial, aponta o agravante violação dos artigos 489, 523 e 1.022 do Código de Processo Civil; e 257 do Código Civil, alegando a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional com a rejeição dos embargos de declaração sem suprimento das omissões relativas à existência de mais de um devedor, o que torna as obrigações iguais e distintas, bem como que elidiu a aplicação da multa processual ao oferecer bem à penhora.

Afirma que não há como lhe imputar o pagamento integral da dívida exequenda, dada existência de outros sucumbentes na sentença transitada em julgado.

Defende que a multa processual pela ausência de pagamento voluntário não tem espaço no presente caso, visto que ofertou bem à penhora cujo valor ultrapassa o total da dívida exequenda.

Da análise dos autos, observo que suas alegações de ofensa à lei federal não merecem prosperar.

De início, verifica-se que o acórdão recorrido foi devidamente fundamentado, até porque, conforme entendimento desta Corte, *"se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada"* (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 21/6/2016).

No tocante à preliminar, não observo omissão no acórdão, senão julgamento contrário aos interesses da agravante, o que não autoriza, por si só, o acolhimento de embargos de declaração nem sua rejeição importa em violação à sua norma de regência.

Esclareça-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, para fins de convencimento e julgamento. Para tanto, basta o pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, o que se observa no presente caso, havendo fundamentação quanto à responsabilidade pela dívida e incidência da multa processual, revelando que os motivos da decisão encontram-se objetivamente fixados nas razões do acórdão recorrido.

De todo modo, observo que a Corte de origem repeliu a aventada responsabilidade parcial do agravante quanto à satisfação do crédito em execução, nestes termos (fls. 25-26, e-STJ):

Depreende-se dos autos que, na fase de conhecimento, a ação monitoria proposta pelo agravado, no valor original de R\$ 10.815,02, foi julgada procedente *"para converter em executivo o mandado monitório"*. Em razão da sucumbência, o agravante ainda foi condenado ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da condenação (fls. 19/21).

A leitura do dispositivo da r. sentença não permite outra conclusão senão a de que o agravante foi condenado ao pagamento da integralidade do débito.

(...)

Frise-se que somente a parte dispositiva da sentença é alcançada pela

coisa julgada material.

Ademais, nos termos do art. 508 do Código de Processo Civil, "*Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido*".

Portanto, tendo em vista que o agravante foi condenado ao pagamento da integralidade do débito, incabível o acolhimento da impugnação ao cumprimento de sentença nesse particular.

Anoto que a conclusão quanto à responsabilidade do agravante, assentada no acórdão recorrido, decorreu da interpretação do título judicial que aparelha o cumprimento da sentença, de modo que a sua reapreciação esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE NEGATIVA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ACÓRDÃO QUE RECONHECE QUE O CÁLCULO ELABORADO PELO PERITO JUDICIAL FOI EM CONFORMIDADE COM A COISA JULGADA. DEFINIÇÃO DO VALOR CORRETO A SER CONSIDERADO. SÚMULA 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. (...)

2. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça firmou compreensão de que a busca pelo órgão julgador da interpretação mais adequada ao título judicial, de acordo com os critérios nele próprio estabelecidos, não ofende a coisa julgada. Precedentes.

3. Na hipótese, o TJ-RS negou provimento ao agravo de instrumento lá interposto para, **interpretando o título executivo judicial, concluir que não houve excesso de execução, porquanto observaram-se os estritos termos da coisa julgada. A modificação das premissas lançadas no v. acórdão recorrido demandaria o reexame do conjunto fático e probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.**

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 959.249/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 7/11/2019 - grifo nosso)

Quanto à multa processual, assim concluiu o acórdão recorrido (fl. 26, e-STJ):

Por fim, a mera indicação de bem à penhora não se equipara ao pagamento voluntário do débito, sendo de rigor a incidência da multa e dos honorários de advogado previstos no art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil.

Com efeito, observo que o acórdão impugnado se encontra em harmonia, no ponto, com a jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual *"o oferecimento de garantia não afasta a incidência da multa prevista no art. 475-J do CPC/1973, porquanto não se trata de pagamento, pois o referido valor não está à disposição do credor"* (AgInt nos EDcl no REsp 1612358/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 28/9/2017). De igual teor:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA DO ART. 475-J DO CPC/73. INCIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO VOLUNTÁRIO. PRECEDENTES. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INOVAÇÃO.

1. A jurisprudência do STJ firmou entendimento no sentido de que o mero depósito judicial do valor exequendo pelo devedor, com a finalidade de permitir a oposição de impugnação ao cumprimento de sentença, não perfaz adimplemento voluntário da obrigação, autorizando o cômputo da sanção de 10% (dez por cento) sobre o saldo devedor.

2. As teses não trazidas nas razões do recurso especial, mas apenas mencionadas quando da interposição do agravo interno, não merecem conhecimento por configurarem inovação recursal.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1185939/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 19/11/2019)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora